

ESTADO, CONTRARREFORMAS E CONJUNTURA BRASILEIRA

O quadro sociopolítico que caracteriza a atual conjuntura brasileira e demais países da América Latina não está desvinculado do cenário internacional, das formas de expansão do capitalismo e de sua hegemonia mundial sob o domínio do capital financeiro. As sucessivas crises que demarcam o sistema do capital dos anos 1970 aos dias atuais reverberam de formas distintas em Estados e nações, com transformações e consequências profundas em todos os domínios da vida social, atingindo a economia, a política, a cultura, a ideologia, as classes e os indivíduos sociais. Os capitalistas recriaram rapidamente sua institucionalidade e, desde então, têm sido hábeis na montagem de estratégias para a recuperação das taxas de lucro, com ajustes macroeconômicos materializados na apologia da privatização, na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado e na valorização exacerbada da sociedade civil, desqualificando a política e a democracia. Dentre as estratégias adotadas, para além das novas racionalidades introduzidas na esfera produtiva, disseminou-se a necessidade de diminuir as funções estatais relacionadas ao atendimento e satisfação dos direitos erigidos nos Estados de Bem Estar Social. As conquistas sociais transmutadas na ótica do capital, transformaram os “anos gloriosos do capitalismo” em anos penosos para os trabalhadores.

O reordenamento da intervenção estatal, além da esfera econômica, abarcou um forte processo de privatização para a “produção de superlucros” e redirecionamento do fundo público, atingindo em cheio os sistemas de proteção social. Especialmente nos países periféricos e dependentes, sob o credo da privatização, liquidou-se o patrimônio nacional, chegando a situações em que as muitas dívidas das empresas privadas foram assumidas pelo próprio Estado, numa grande inversão de papéis. O poder político passou a ser pensado sob a ótica do poder econômico, estabelecendo-se um vínculo orgânico dos agentes públicos com o capital, base material de sua sustentação. Elaborou-se, construiu-se e sedimentou-se uma verdadeira cultura de consentimento à privatização e soberania do mercado, passando-se a negar a necessidade de decisões políticas voltadas à defesa de interesses coletivos, contrapostas aos de natureza particular. E aqui o pensamento neoliberal tornou-se

estratégico para legitimar o discurso e o projeto do grande capital, difundindo um conjunto de ideias e valores em torno da necessidade de drásticas restrições que seriam impostas às classes subalternas.

Os planos de austeridade adotados pelos Estados em diferentes partes do mundo desde os anos 1990, atravessando os anos 2000, atingem em cheio os sistemas de proteção social e os direitos conquistados ao longo de décadas pela luta dos trabalhadores. Tal situação agrava-se especialmente a partir da crise de 2008, com a brutal reestruturação capitalista, mediante o crescente corte de direitos e a ampla privatização de serviços e bens públicos, como ocorreu na Grécia, na França, na Espanha, na Itália e em grande parte dos países latino-americanos, a exemplo do Brasil, com o retorno dos governos conservadores e alinhados ao imperialismo estadunidense.

No curso do que já vinha ocorrendo nos países de capitalismo avançado, o ajuste estrutural capitalista chegou ao Brasil no início dos anos 1990 e, sob a insígnia da modernização econômica e da inserção do país à nova ordem mundial, agilizaram-se os processos de redefinição dos papéis e funções do Estado e de sua submissão aos interesses dos grupos dominantes nacionais e internacionais. As políticas macroeconômicas vieram acompanhadas de profundas reformas na esfera estatal, de caráter privatizante e desregulamentador e afirmadas como necessárias para o país ingressar na modernidade capitalista. O conjunto de “reformas” conduzido pelo grande capital, sob a orientação das agências econômicas internacionais como o FMI e o Banco Mundial, expressam-se em um contínuo processo de “contrarreformas”, pelo caráter regressivo e de supressão de direitos e garantias sociais pactuados nos preceitos constitucionais (NETTO e BRAZ, 2006). Sob esse ideário, privatizaram-se bens e serviços públicos, desmontaram-se as legislações de proteção social, precarizaram-se os contratos de trabalho, aumentando os níveis de desemprego, de exploração e expropriação das classes subalternas. O tema da “construção democrática” foi substituído pela “estabilidade política e econômica”, pela participação da sociedade civil desvinculada de projetos de classes distintos e mediada pelas novas institucionalidades, consoantes às atuais regras mercantis e empresariais. Desde os governos Collor e FHC, o Brasil experimenta uma nova fase do desenvolvimento capitalista, marcada pelos ajustes econômicos e pelas lógicas neoliberais que, mesmo com nuances diferentes, chegam aos governos Lula e Dilma.

O projeto de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2014 anunciava um “novo ciclo de desenvolvimento do país”, conjugando “crescimento

econômico e justiça social”, mas mantendo a política macroeconômica neoliberal. Impulsionado pela relativa estabilidade política e econômica interna, a “conciliação de classes” anunciada na Carta ao povo brasileiro tendia a aglutinar as reivindicações dos “de baixo” com as demandas e interesses dos “de cima”. A implementação de políticas e programas sociais como o Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, a construção de casas populares, o financiamento da agricultura familiar, o crédito ao consumidor, as cotas raciais e sociais, a expansão e a facilitação do acesso ao ensino superior dentre outras, tiveram significativa incidência na redução da “pobreza extrema” a que grande parte da população historicamente vinha sendo submetida. Se a adoção de tais políticas públicas permitiu “configurar uma nova base social para a política de Estado” (BIANCHI, 2017, p.30), não ocorreram, no entanto, reformas estruturais voltadas a uma efetiva distribuição de renda e maior socialização da riqueza. A brutal e escandalosa concentração de renda permaneceu intocada. Se houve ganhos para setores das classes subalternas, houve, igualmente, um favorecimento aos mais ricos, especialmente às frações burguesas do agronegócio e do capital financeiro.

O pacto entre as classes sociais manteve-se no primeiro mandato de Dilma Rousseff, em uma conjuntura, contudo, marcada pelos desdobramentos da nova crise mundial do capitalismo de 2008. Nessa conjuntura, a coalisão entre industriais e trabalhadores não foi suficientemente forte para seguir alavancando o chamado projeto “neodesenvolvimentista” e os interesses viciados, em grande fúria, selaram novas alianças em favor dos dominantes. Conforme escreve Singer (2018, p.39), “no lugar da coligação entre capital industrial e trabalho surgiu uma renovada frente única burguesa em torno da plataforma neoliberal”, em particular o corte de gastos públicos e as reformas trabalhista e previdenciária”. Nessa correlação de forças, desfavorável à classe trabalhadora, rompe-se o pacto estabelecido entre capital e trabalho, afirmando-se a hegemonia burguesa da classe dirigente tradicional, [...]“que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas[...]” (GRAMSCI, 2000, p. 61).

As medidas levadas a efeito no Brasil pelos governos “neodesenvolvimentistas”, no âmbito das políticas e programas de inclusão social, resistiram até 2015, quando a disputa pelo poder político cindiu o pacto de classes, iniciando-se uma ofensiva avassaladora sobre todos os aspectos da vida democrática brasileira, culminando com o fim do ciclo petista através do golpe jurídico-parlamentar. Comprovou-se a tese de que é impossível conciliar

projetos de classe inconciliáveis, e as alianças que haviam unificado a burguesia, fizeram a história repetir-se como farsa. A democracia de cooptação, assumida nos governos petistas, não abriu caminhos para a construção de uma nova hegemonia, mas fortaleceu a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. O pacto social articulado pelo PT resultou em um “desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital” (IASI, 2012, p. 34). Predominou a “pequena política” e a prática do “transformismo”, através da cooptação de lideranças políticas e culturais das classes subalternas, excluídas de seu “[...] efetivo protagonismo nos processos de transformação social” (COUTINHO, 2010, p.38).

As balizas da ofensiva conservadora e o plano para o enfrentamento da crise brasileira, apresentado em 2015 com o apelativo título - *Uma Ponte para o Futuro* - expressou o “projeto e o intento” de Temer, das alianças espúrias e do apoio de seus intelectuais orgânicos: economistas liberais, parlamentares, partidos de oposição ao PT, empresariado e grande mídia, para a tomada do poder de forma ilegítima. Em 2016, selado o processo de impeachment, o governo Temer dá início a um novo ciclo de contrarreformas, mediante a retomada do projeto neoliberal ortodoxo dos anos 1990, defendido pelos interesses das frações da burguesia ligadas tanto ao grande capital internacional, fundos financeiros especuladores dos títulos da dívida pública, empresas industriais europeias, norteamericanas, seguradoras, quanto a segmentos de capitalistas nacionais vinculados ao capital estrangeiro (BOITO, 2018).

A tese central do documento é a crise brasileira, a estagnação econômica e o esgotamento da capacidade fiscal do Estado, impondo-se um amplo ajuste fiscal e o desmonte da Constituição, o que vem ocorrendo em ritmo extremamente veloz. Em outro documento, elaborado para a área social com o sugestivo título *Travessia Social*, o governo ressalta a onipresença do setor privado, já que o Estado deixará de ser o provedor direto de bens públicos e deverá atender apenas o que o mercado não for capaz. A questão central novamente é o Estado, seu tamanho e suas funções, pois, para ser funcional deve atrair a iniciativa privada para a tarefa de “administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade” (PMDB, 2016, p.9) ou seja, privatizar tudo o que for possível. O programa do governo sinaliza o retrocesso das políticas públicas até então em desenvolvimento e demarca um caminho para “fora do social”.

Os documentos *Uma Ponte para o Futuro* e *Travessia Social*, apresentam um diagnóstico de que a crise fiscal brasileira estaria vinculada à Constituição de 1988 e que os

direitos pactuados incidiriam no aumento excessivo dos gastos públicos, não compatíveis com o orçamento do país. Seria preciso, portanto, mudar as regras constitucionais, especialmente no tocante às políticas e aos direitos sociais: reforma da Previdência, terceirização e flexibilização da legislação trabalhista e abertura comercial. Além de um amplo ajuste fiscal, incutiu-se a necessidade de retirar as vinculações constitucionais estabelecidas, como os gastos com saúde e educação, além do fim de todas as indexações sobre salários e benefícios previdenciários. As recomendações finais dos documentos são claras: política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, incluindo-se todas as áreas, como o petróleo, saúde, educação, integração plena da economia brasileira no comércio internacional, como vem acontecendo. Tais medidas não visam somente a “aumentar a eficácia e a reduzir os custos da ação pública”, mas subvertem “radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (DARDOY e LAVAL, 2016, p. 274).

A redução estrutural das despesas públicas e sua incidência nos direitos sociais vêm ocorrendo através de medidas já aprovadas, como a Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016, que cria o Novo Regime Fiscal para o Brasil, acaba com as vinculações constitucionais de investimento em saúde e educação e congela os orçamentos para os próximos 20 anos. É uma medida que enterra a Constituição de 1988, engloba a mais ampla contrarreforma do aparelho estatal, desmonta a seguridade social, atingindo em cheio os direitos sociais. Representa a estratégia do grande capital, com o apoio do Estado, para a reintrodução do modelo neoliberal ortodoxo “puro e duro”, reduzindo ao mínimo possível serviços públicos como saúde, medicamentos, educação, transporte, saneamento, estradas, pesquisa científica, e direcionando o fundo público ao pagamento da dívida. A nova racionalidade política e social, articulada à mundialização e financeirização do capital, conforme advertem Dardot e Laval (2016, p.190) não enseja a simples retirada de cena do Estado, mas o seu “reengajamento político [...] sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos”.

Além da EC Nº 95/2016, outras medidas já aprovadas aprofundam as desigualdades e as gritantes injustiças sociais estampadas na realidade brasileira: a contrarreforma trabalhista aprovada em 2017, com a mais profunda mudança no mercado de trabalho no país, ampliando a flexibilização, a terceirização para todas as atividades, a precarização das relações de trabalho e o aumento do desemprego, que atinge atualmente mais de 13 milhões de pessoas; o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para “privatizar tudo o que for

possível”, ampliando o modelo das concessões que vigorou nos governos do PT através das Parcerias Público-Privado, incluindo-se aqui a Petrobras, com a entrega do pré-sal às grandes empresas capitalistas internacionais, retirando o sistema de partilha proposto pelo governo anterior; a restrição das pensões por morte, revisão dos benefícios por invalidez e auxílio doença concedidos há mais de dois anos, alteração das regras para auxílio maternidade; a Reforma do Ensino Médio e apoio às propostas reacionárias e obscurantistas da Escola Sem Partido, que vem ganhando adeptos em vários estados e municípios brasileiros. Soma-se a isso o desmonte da universidade pública com os cortes previstos para a área de Ciência e Tecnologia comprometendo o funcionamento das instituições de ensino e pesquisa.

O atual projeto reacionário materializa-se ainda em várias outras medidas, como as que atingem os povos indígenas e os quilombolas, o discriminatório e retrógrado Estatuto da Família; o Estatuto do Nascituro, que amplia a criminalização do aborto e o descaso com o caráter laico do Estado; a nova regulamentação/flexibilização da questão do trabalho escravo; redução da idade laboral, redução da maioridade penal; aumento da internação de adolescentes infratores; e a mais drástica reforma da previdência, já em curso, que irá atingir maciçamente a população mais pobre, aprofundando o apartheid social e urbano. E não há qualquer aceno para o chamamento ao diálogo, ao debate, à discussão com a sociedade. É efetivamente um governo que se constitui “pelo alto” e exclui qualquer possibilidade de participação popular.

As medidas implementadas desde a década de 1990, intensificam-se na atual conjuntura, mediante o enrijecimento dos critérios de elegibilidade em programas como o Bolsa Família, a ultrafocalização, a transferência das atividades públicas para as famílias, a volta do primeiro-damismo, a redução do SUS, com propostas privatizantes que caminham na contramão da Carta de 1988. Ampliaram-se os déficits de universalização e as práticas da sobre-focalização, selecionando os mais pobres dentre os pobres, conforme já vinha ocorrendo, medidas que irão se aprofundar, mediante as novas recomendações do Banco Mundial (2018) dirigidas à sociedade brasileira e especificamente aos candidatos à presidência e suas equipes econômicas nas eleições de 2018, no que tange às Políticas Públicas. Conclama-se uma nova reforma do Estado, com drástica revisão orçamentária, políticas econômicas de “austeridade” e radical supressão de direitos sociais e trabalhistas, na trilha das medidas já em andamento.

Estudos têm demonstrado que os modelos e estratégias de desenvolvimento neoliberais implementados pelos Estados-nação a partir das reformas do Estado, sob as

recomendações das agências multilaterais, guardadas as especificidades econômicas e geopolíticas, não vêm logrando êxito, no sentido de recuperar o crescimento global da dinâmica capitalista, e tampouco diminuir as desigualdades e iniquidades inerentes ao próprio sistema. Ao contrário, os mecanismos de enfrentamento às sucessivas crises e as políticas para a sua superação têm reiterado as expressões das desigualdades e avançado, particularmente, nos países do Sul Global. Evidenciam um retrocesso às conquistas civilizatórias nos campos dos direitos sociais, econômicos, políticos, civis e humanos. Acentuam-se hoje no mundo todo problemas relativos ao meio ambiente, com a destruição dos recursos naturais, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, a xenofobia, o racismo, a misoginia, a violação dos direitos das mulheres, os problemas com migrantes, refugiados, os ataques à liberdade de expressão pelo avanço dos movimentos conservadores e reacionários. A “reforma intelectual e moral” que hoje vem sendo realizada pela burguesia aprofunda a dominação capitalista, invade todas as relações sociais, altera as formas de existência dos indivíduos, grupos e classes, impõem um universo de competição generalizada, molda a vida de todos sob a lógica do mercado, aprofunda as desigualdades e se justifica como a “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016). Os projetos políticos-institucionais elaborados para responder às expressões da questão social geradas nesse cenário convivem com um duplo desafio: a defesa dos direitos sociais universais ou a sua mercantilização, tensionando o trabalho desenvolvido por assistentes sociais e por outras profissões, seja no plano imediato, pelas respostas elaboradas para atender às necessidades cotidianas de sobrevivência dos sujeitos singulares, quanto no plano mediato, através de ações vinculadas às instâncias coletivas de organização política e luta das classes subalternas. Aqui as alianças englobam todos aqueles que partilham do mesmo “projeto e intento”, seja no nível institucional, com gestores e também com a parte do Estado, mas, acima de tudo, com a luta geral dos trabalhadores. Coloca-se hoje a necessidade de um esforço concreto, molecular, essencial, para criar uma nova cultura política e minimamente aglutinar as pessoas, trazendo a população a este campo, tomando posição, construindo estratégias de resistência conjuntas. É preciso, no dizer de Gramsci (2002, p.52), [...] “de capacidades políticas para levar a cabo ações duradouras e mais orgânicas para aglutinar a massa”. E [...] “para construir uma história duradoura, não bastam os ‘melhores’, são necessárias as energias nacional-populares mais amplas e numerosas”. E este é um processo longo “[...] cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos” (GRAMSCI, 1999, p. 104), que exige persistência e pressão advindas do contrapoder popular.

As relações entre Estado e sociedade e suas manifestações no âmbito da questão social articulam os eixos dos artigos deste número da Revista Sociedade em Debate. Incursionam por instigantes temas que atravessam a atual conjuntura, abordando o desmonte do sistema de proteção social brasileiro, especialmente as políticas de seguridade social, a apropriação dos recursos do fundo público pelas organizações sociais, que conformam o modelo privatizante de gestão de atividades e serviços públicos, inaugurado com a reforma do Estado ocorrida no Brasil nos anos 1990. Outras formas de gestão das políticas públicas também são analisadas sob a perspectiva da participação democrática e popular, a exemplo das experiências relativas ao planejamento urbano. As reflexões teóricas e empíricas abordam, ainda, temas relativos à habitação, educação, precarização das condições de trabalho, ocupação do espaço urbano, violência contra adolescentes percorrendo as engrenagens do Estado, a economia, a política, a cultura e os meandros da vida cotidiana, pulsantes na realidade contemporânea. Os artigos que compõem este volume de Sociedade em Debate nos remetem a pensar os inauditos desafios que se colocam a todos os profissionais envolvidos na luta pela construção de sociedades verdadeiramente justas e radicalmente democráticas.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. Notas de políticas públicas - Por um ajuste justo com crescimento compartilhado. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

BIANCHI, Álvaro (2017). **Revolução passiva e crise de hegemonia no Brasil contemporâneo**. *Revista Outubro*, Edição 28, 2017. <http://outubrorevista.com.br/revolucao-passiva-e-crise-de-hegemonia-no-brasil-contemporaneo> Acesso em 01 de setembro de 2018.

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Gisele. **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo** – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. (1999). **Cadernos do cárcere**. V. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Sérgio Henriques. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 5. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Sérgio Henriques. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Sérgio Henriques. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

PMDB. A Travessia Social. São Paulo: Fundação Ulysses Guimarães, 2016. Disponível em <https://www.fundacaoulysses.org.br>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça no período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Ivete Simionatto.

Novembro de 2018.

Ivete Simionatto

ivete.simionatto@pesquisador.cnpq.br

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1977) Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983) Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) Pós-doutorado no European University Institute da Itália (2003) Temas de pesquisa: Estado, sociedade civil e seguridade social; Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social; Mercosul, Fronteiras e Direitos Sociais.